

**ATA DA SETIMA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel, no auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel. -----

----- Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados, Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Gaspar Dias, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, António Conde Cunha, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, Maria Celeste Marinho Carvalho, António José de Sousa Pinto e Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e os senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Canelas, António Freitas Ferreira e Oldrões, Pedro Adriano Gomes da Cunha. -----

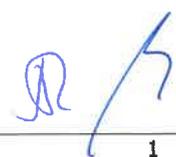
----- O senhor deputado Bruno Rafael de Sousa Araújo, do Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", a 12 de dezembro de 2022, apresentou a renúncia do mandato, dando cumprimento ao artigo 3.º, da Secção I, do Capítulo II do Regimento da Assembleia Municipal de Penafiel, e ao disposto nos números 1 e 2, do artigo 76.º, da Lei 169/99 de 18 de setembro, sendo o mesmo substituído pelo cidadão seguinte do partido proposto o membro que deu origem à vaga, o senhor Joaquim Teixeira Bessa. - -----

----- O senhor deputado, António Gaspar Dias, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo. -----

----- O senhor deputado, António Conde Cunha, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Maria de Fátima Azevedo Magalhães. -----

----- A senhora deputada, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer- PSD, apresentou a justificação de falta, por motivos de saúde, solicitando a sua substituição pelo senhor Rui António dos Reis Lopes. -----

----- O senhor deputado, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Roberto Rafael Oliveira da Silva. -----



-----O senhor deputado, Agostinho Jesus Gomes Guedes, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor António José Vieira da Rocha. -----

-----O senhor deputado, Agostinho Moreira Gonçalves, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alberto Correia Monteiro. -----

-----A senhora deputada, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido - PS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, pelo senhor Renato Joaquim Rocha Barros. -----

-----O senhor deputado, Nuno Miguel da Costa Araújo, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alexandre Igreja Guimarães. -----

-----O senhor deputado António José de Sousa Pinto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor José Manuel Salgueiro Macedo.-----

-----Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Carla Alexandra da Silva Ferreira Monteiro, que também pelos mesmos motivos solicitou a sua substituição pelo senhor João Carlos do Couto Barbosa, que também, por motivos profissionais, solicitou a sua substituição pelo senhor Luís Miguel da Silva Barbosa este, também por motivos profissionais, solicitou a sua substituição Cristiana dos Santos Coelho, que também não pode estar presente por motivos profissionais. Também, os senhores Pedro Miguel Nunes Sousa, Marta Luísa Ferreira Vieira, Fábio José Rodrigues Correia, sucessivamente solicitaram a sua substituição por motivos profissionais Maria da Conceição Mendes Alves Nunes. -----

-----O senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (RIR), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana Filipa Moreira da Silva, que também, por motivos profissionais, não pode estar presente pedindo a sua substituição pela senhora Maria do Céu Nogueira da Rocha, que por sua vez e também por motivos profissionais não pode estar presente solicitando a sua substituição pelo senhor José António da Silva Oliveira. -----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia.-----

-----Os senhores Secretários da Assembleia Municipal, procederam à leitura da moção, votos de louvor e pesar entrados na mesa: -----

----- — **Moções, apresentadas pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor:** -----

----- **1** — *"Moção- Um ano de resistência"* -----

----- *O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe, a seguinte moção:* -----



----- O dia 24 de fevereiro de 2023 marca 365 dias de resistência do povo ucraniano na sequência da invasão russa a um estado soberano e que atirou a Europa para a maior crise de segurança desde a Segunda Grande Guerra. -----

----- Há um ano que a Ucrânia luta pela preservação da sua integridade territorial e que infelizmente já resultou em 8 mil civis mortos e 14 milhões deslocados, de acordo com a ONU. -----

----- E um ano depois, a guerra continua sem fim à vista, causando a morte, destruição e deslocamento diários. -----

----- São muitos os refugiados ucranianos, principalmente mulheres e crianças, que foram calorosamente recebidos em países da Europa, em Portugal, em Penafiel. Mulheres e crianças que uma vez fora da zona de guerra, tentam estabelecer uma nova vida, num país diferente, assombrados pelo trauma do conflito, mas acima de tudo, sentindo a falta daqueles que deixaram para trás para combater. E hoje, tal como ontem é nosso dever continuar a proteger e a ajudar estes refugiados a enfrentar as suas dificuldades. E são também muitos os jovens, entre os 19 e 30 anos, uma geração, que abandonaram os seus sonhos, os seus estudos, as suas profissões, os seus familiares para lutar. -----

----- Condenando veemente esta ofensiva militar lançada pela Rússia ao território ucraniano, uma agressão intolerável a um estado soberano e uma violação do direito internacional, mas acima de tudo pela defesa da Paz, pela solidariedade para com o povo ucraniano e populações afetadas pela guerra, propõe-se um minuto de silêncio em homenagem a todas as vítimas da guerra ao longo do último ano. ---

----- Propõe-se, ainda, que do conteúdo desta moção seja dado conhecimento à Embaixada da Ucrânia na República Portuguesa." -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Socialista", apresentou os seguintes votos de Louvor e Pesar:** -----

----- **Votos de Louvor** -----

----- **1.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao ilustre piloto penafidelense Alfredo Lopes que se distinguiu na modalidade de automobilismo. -----

----- O piloto penafidelense Alfredo Lopes integrado na equipa da "Crispa Racing", em conjunto com Cristiano Loureiro e Paulo Alves, foram os vencedores da edição 2022 das seis horas de Ralicross Paulo Sérgio, prova que se realizou nos dias 17 e 18 de dezembro de 2022, em Lousada. Para além da equipa vencer na classificação geral, foram também vencedores da Divisão 2-1400. Releve-se que estes êxitos foram alcançados na estreia do piloto nesta categoria do automobilismo nacional. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça ao penafidelense Alfredo Lopes e à sua equipa os nossos parabéns e votos para que alcancem excelentes vitórias no futuro, engrandecendo a modalidade e o nosso concelho. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao piloto penafidelense Alfredo Lopes e a toda a equipa da "Crispa Racing". -----

----- **2.** O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao ilustre piloto penafidelense Adão Francisco Silva Pinto que se sagrou campeão nacional de duas rodas motrizes de ralicross. -----

-----O piloto de Penafiel voltou a rubricar uma época ao mais alto nível em 2022, conquistando pelo segundo ano consecutivo o título na Divisão 2R do campeonato de Portugal de Ralicross by Transwhite.

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça ao abragonense

-----Adão Pinto os nossos parabéns e as maiores felicidades nas provas que irá disputar no futuro.-----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao piloto Adão Pinto."-----

----- **3.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao ilustre ciclista penafidelense Manuel Ferreira, ciclista da equipa Silva Vinha ADRAP-Sentir Penafiel, pelos excelentes resultados que granjeou na modalidade, com especial relevância nos campeonatos nacionais de pista no corrente ano.-----

----- Campeão Nacional de pista- contrarrelógio 1km: -----

----- Vice-Campeão Nacional de pista, P. Individual 3km. -----

-----Releve-se que o atleta penafidelense Manuel Ferreira ciclista da equipa Silva Vinha ADRAP - Sentir Penafiel, terminou o campeonato do mundo de fundo no 20º lugar ao serviço da seleção nacional, um excelente resultado para quem tinha falta de competição internacional e que competiu com os melhores do mundo.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça ao ciclista Manuel Ferreira os nossos parabéns e os nossos sinceros votos para que consiga alcançar muitos mais êxitos na sua carreira.-----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao atleta Manuel Ferreira e à instituição Silva Vinha ADRAP - Sentir Penafiel."-----

----- **4.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao ilustre penafidelense Nuno Miguel da Costa Araújo, que foi eleito e empossado no passado dia 25 de novembro Vice-presidente da Comissão Política Distrital do PS Porto.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça ao deputado Nuno Araújo os nossos parabéns e as maiores felicidades desempenho deste novo cargo.-----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao Sr. deputado Nuno Araújo."-----

----- **5.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Ex.^a a aprovação de um voto de louvor ao ilustre jovem nadador da Associação Desportiva de Penafiel, Tomás Coelho Pereira, que se sagrou campeão nacional de juniores, em quatro provas - 100 metros livres, 50 metros costas, 50 metros livres e 100 metros estilos - no Campeonato Nacional de Juniores e Seniores de Piscina Curta que decorreu de 9 a 11 de dezembro 2022, no Complexo de Piscinas Municipais de Leiria.-----

-----Tomás Coelho Pereira, além destes títulos alcançou, também, a medalha de prata na prova de 50 metros bruços.-----

-----Tomás Pereira foi o nadador júnior com melhor classificação no "medalheiro" com cinco medalhas alcançadas, e com a quarta melhor performance júnior do torneio com o tempo de 50,95 aos 100 metros livres.-----

-----O atleta foi, ainda, considerado um dos "10 destaques de todo o campeonato pela Federação Portuguesa de Natação".-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 24 de fevereiro de 2023, endereça ao nosso jovem concidadão Tomás Coelho Pereira, o nosso muito obrigado pelo prestígio que dá ao desporto concelhio e nacional, expedindo votos para que continue nesta busca constante de títulos. -----

----- Que do presente voto seja dado conhecimento à atleta, ao clube e à família. -----

----- **6.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Ex.a a aprovação de um voto de louvor à jovem atleta futebolista penafidelense, de 25 anos de idade, Lúcia Catarina Sousa Alves, atleta da seleção Portuguesa, pelo recente apuramento para o Mundial de Futebol Feminino, que se realizará na Austrália e na Nova Zelândia, de 20 de julho a 20 de agosto deste ano. Para alcançar este excelente e inédito feito, Portugal derrotou os Camarões, por 2-1, no dia 22 do corrente mês, no Stadium Waikato, na cidade neozelandesa de Hamilton, qualificando-se pela primeira vez para um Mundial de futebol feminino. Lúcia Alves é atleta do Sport Lisboa e Benfica desde a época de 2020/2021 e conta já com 8 internalizações tendo, também, representado o clube penafidelense Águias de Sta. Marta, o Freamunde, e o Clube de Valadares de Gaia. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 24 de fevereiro de 2023, endereça ao atleta, à equipa técnica e direção do SL Benfica e restante staff, o nosso muito obrigado pelos êxitos alcançados. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento à jovem atleta e ao SL Benfica. -----

----- **7.** O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex.a a aprovação de um voto de louvor ao Atleta penafidelense Luís Daniel Ferreira pela excelente prestação que teve no evento de JIU-JITSU "AJP Geneva International JIU-JITSU Championship 2022- GI & NO-GI", que se realizou na cidade Helvética entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro de 2022. -----

----- O nosso conterrâneo conseguiu a medalha de ouro na categoria dos 85 Kg. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça os nossos parabéns ao atleta Daniel Ferreira e fórmula sinceros votos para que continue nesta senda de sucesso. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao atleta. -----

----- **8.** O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex. a aprovação de um voto de louvor à equipa de futsal feminino "Águias de Santa Marta", que assegurou presença na 5.ª eliminatória da Taça de Portugal de Futsal Feminino. -----

-----As briosas atletas do clube penafidelense, venceram por 4 a 3 a equipa da ACDR Arneiros, num jogo disputado, no Pavilhão José Maria Antunes Júnior, em Torres Vedras, no passado dia 7 de janeiro, assegurando, assim, a presença na referida eliminatória, e prosseguindo um percurso excelente na prova. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 24 de fevereiro de 2023, endereça às atletas envolvidas, à equipa técnica, à direção do clube "Águias de Santa Marta" e restante staff, o nosso muito obrigado pelo prestígio que dão à modalidade, e o incentivo que dão à sua prática, endereçando votos para que continuem a granjear vitórias nos novos desafios que se avizinham. -----

----- **9.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Ex.a aprovação de um voto de louvor ao jovem treinador Abel Fernando Moreira Ferreira, mais conhecido como Abel Ferreira, nascido na freguesia de Penafiel a 22 de dezembro de 1978 sendo treinador da equipa brasileira do Palmeiras. -----

-----Abel Ferreira já tinha sido homenageado pela Câmara Municipal de São Paulo, tendo-lhe sido atribuído o "Título de Cidadão Honorário de São Paulo". Recentemente, mercê da continuidade dos sucessos que continuou a granjear, voltou a ser homenageado, agora pelo Governo de S. Paulo, sendo agraciado com a "Medalha de Mérito Desportivo". -----

-----Dando continuidade à sua grande competência, resiliência e capacidade de condução de uma equipa de futebol aguerrida e motivada, conquistou no passado dia 28 de janeiro do corrente ano, a Supertaça do Brasileirão, disputada entre o Palmeiras, campeão em título, e o Flamengo, vencedor da Copa do Brasil, com o resultado final de 4-3. -----

-----Relembre-se que ao serviço da coletividade o nosso conterrâneo já conquistou duas Taças dos Libertadores, uma Taça do Brasil, o campeonato brasileiro e a Supertaça. A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023, endereça ao nosso conterrâneo Abel Ferreira os nossos parabéns e que continue a elevar o nome de Portugal e do concelho por todo o Mundo. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento a Abel Ferreira."-----

-----**10.** O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao ilustre penafidelense Pedro Cunha que se posicionou entre os melhores culturistas do mundo, ao conquistar o quinto lugar no concurso mundial Mr. Universe WABBA, que decorreu no Palácio de Congressos de Tarragona, em Espanha, nos dias 12 e 13 de novembro de 2022. -----

-----Releve-se que em 2021, Pedro Cunha se sagrou campeão nacional, e que o seu objetivo futuro, depois deste Top 5 mundial Mr Universe WABBA, é conquistar o título a nível mundial. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça ao atleta Pedro Cunha os nossos parabéns e votos para que consiga alcançar os seus objetivos nas provas que irá disputar no futuro. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao atleta Pedro Cunha."-----

-----**11.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex.^a a aprovação de um voto de louvor à instituição Penafidelense "Penafiel Bike Clube", pelos excelentes resultados obtidos pelos seus atletas, fechando com chave de ouro a época de ciclocrosse. -----

-----Assim: No dia 15 de janeiro, em Vouzela dois atletas do Penafiel Bike Clube foram coroados novos "Rei e Rainha" do ciclocrosse em Portugal, conquistando dois títulos no Campeonato de Ciclocrosse 2023. Tomás Gaspar, atleta penafidelense, conquistou o título de Campeão Nacional na categoria Juniores SUB-19, após ter vencido no mesmo local onde no ano passado tinha vencido para a prova pontuável da Taça de Portugal. -----

-----Matilde Moreira, atleta marcuense, tornou-se Vice-Campeã Nacional Cadete SUB-17Feminino, juntando este título ao 2.º da Geral da Taça de Portugal 2022/2023. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça à instituição Penafiel Bike Clube e aos jovens ciclistas Tomás Gaspar e Matilde Moreira os nossos parabéns e os nossos sinceros votos para que consigam alcançar muitos mais êxitos nas competições que se avizinham. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento aos atletas Tomás Gaspar e Matilde Moreira e à instituição Penafiel Bike Clube."-----



----- **12.** O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex^a a aprovação de um voto de louvor ao ilustre ciclista penafidelense Tomás Gaspar, do Penafiel Bike Clube, atendendo a ser um dos convocados da seleção portuguesa de BTT que irá competir, no próximo sábado e domingo, em Banyoles, Catalunha, em Espanha. -----

----- Releve-se que o jovem ciclista, no dia 15 de janeiro, em Vouzela, conquistou o título de Campeão Nacional na categoria Juniores SUB-19. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça ao jovem atleta e ciclista Tomás Gaspar os nossos parabéns e os nossos sinceros votos para que consiga alcançar muitos êxitos na sua carreira. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao atleta Tomás Gaspar e à instituição Penafiel Bike Clube. -----

----- **13.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Ex.^a a aprovação de um voto de louvor ao jovem atleta penafidelense de 11 anos, feitos ontem, "Gonçalinho" Garcia, atleta do Clube de Karaté da Maia, residente em Cabeça Santa, que conquistou relevantes resultados em diversos eventos no âmbito do Karaté nacional e internacional. -----

----- Gonçalo Garcia foi, recentemente, o 1.º Classificado no Open Internacional de Lisboa - Kids, na categoria Kumite U12 -40Kg, que se realizou no passado 18 de Fevereiro na capital portuguesa. O torneio foi direcionado aos mais novos e contou com mais de 300 atletas de 8 países. -----

----- Também no presente ano, ainda com 10 anos, foi 2º Classificado Open Juvenil Ibérico kiokushin, que se realizou em Lousada no dia 21 de Janeiro 2023. -----

----- A época de estreia do nosso conterrâneo ocorreu na época 2018/2019, com 6 anos de idade, e a partir daí foi um acumular inumerável de títulos nacionais e internacionais. -----

----- Releve-se que no último ano (2022) "Gonçalito" o brilhante atleta Penafidelense, ainda com 10 anos de idade, conquistou 14 pódios - 12 medalhas de ouro e duas de prata, com destaque para a conquista do Campeonato Nacional, como se que passa a descrever: -----

----- 1.º Classificado no Grande Torneio de Vila das Aves Kumite, 9 anos; -----

----- 1.º Classificado na Liga Galega de karate em Espanha, com 9 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado Torneio Juvenil de Valongo Kumite, com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado Open da Lourinhã kumite, com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado Open da Mealhada kumite, com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado Open de karate da Ericeira Kumite, com 10 anos de idade; -----

----- 2.º Classificado X Copa Akai Ryu Corunha Espanha kumite, com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado FNKP Campeonato Nacional Mafra kumite, com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado Campeonato Internacional Costa Quebrada, Espanha kumite com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado Torneio Marco de Canaveses kumite e kata, com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado Torneio Nacional AKKP kumite, Águas Santas, com 10 anos de idade; -----

----- 1.º Classificado 1 Jornada Liga Galega, Ferrei Espanha, com 10 anos de idade; -----

----- 1º Classificado Torneio Estrelas Maiatas, Matosinhos, com 10 anos de idade; -----

-----2.º Classificado Torneio de Oeiras, Local: Oeiras, com 10 anos de idade.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 24 de fevereiro de 2023, endereça ao atleta, pais, equipa técnica, direção do Clube Karaté da Maia e restante staff, felicidades e votos para que continuem nesta onda de saborosos triunfos. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao jovem atleta, aos pais e à coletividade Clube Karaté da Maia.”-----

-----**14.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao ilustre jovem penafidense de 29 anos, Tiago Josué Ferreira, que foi eleito Presidente da Mesa da Comissão Nacional da Juventude Socialista, no XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista, que se realizou nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2022 na cidade de Braga. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 24 de fevereiro de 2023, endereça ao deputado Tiago Josué os nossos parabéns e as maiores felicidades desempenho deste novo cargo. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao Sr. deputado Tiago Josué.”-----

-----**15.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Ex.ª a aprovação de um voto de louvor à ilustre jovem nadadora da Associação Desportiva de Penafiel, Catarina Soares Araújo. -----

-----A jovem nadadora de 13 anos de idade conquistou o primeiro lugar sagrando-se campeã regional nas provas de 100 metros livres, 50 metros costas e 100 metros estilos, e vice campeã nos 200 livres e medalha de bronze em 200m costas, nos Campeonatos Regionais de Juvenis em piscina curta da Associação de Natação do Norte de Portugal (ANNP), que se realizaram na Piscina Municipal Rota dos Móveis, em Recarei- Paredes, nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2022. -----

-----Nesta competição estiveram 178 atletas (95 masculinos e 83 femininos) em representação de 19 clubes. -----

-----Posteriormente, nos dias 17,18 e 19 de dezembro, no Torneio Zonal de Juvenis -Zona Norte, que se realizou nas Piscinas Municipais de Estarreja, alcançou a medalha de prata obtida na prova dos 200 metros costas. Paralelamente, a nadadora classificou-se em 4º lugar nos 100 metros livres, 5º nos 200 livres, 9º nos 200 livres e 10º nos 200 estilos, tendo obtido 4 recordes pessoais tornando-se, assim vice-campeã zonal. -----

-----Os resultados são fruto de muito trabalho e de resiliência por parte da nadadora, a quem se augura um futuro brilhante. Acresce que, para além destes resultados, a jovem atleta também obteve os mínimos para a participação nos campeonatos nacionais que vão decorrer em março na ilha da Madeira. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 24 de fevereiro de 2023, endereça à nossa jovem concidadã Catarina Soares Araújo, filha do ilustre deputado municipal Nuno Araújo, o nosso muito obrigado pelo prestígio que dá ao desporto concelhio e nacional, expedindo votos para que continue nesta busca constante de títulos. -----

-----Que do presente voto seja dado conhecimento à atleta, ao clube e à família.”-----

-----**16.** "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Ex.ª aprovação de um voto de louvor ao Professor Doutor José Fernando da Rocha Barros, pela sua nomeação como diretor

clínico do novo Centro Hospitalar Universitário de Santo António (CHUSA), que reflete a união do Hospital de Magalhães Lemos e do Centro Hospitalar Universitário do Porto (CHUP). -----

----- O distinto clínico José Barros nasceu em Irivo, em 1961 e tem um currículo invejável. -----

----- Licenciado em Medicina; -----

----- Doutor em Ciências Médicas pelo ICBAS, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar UP; -----

----- Assistente Graduado Sênior de Neurologia do Hospital de Santo António do Centro Hospitalar Universitário do Porto; -----

----- Diretor do Departamento de Neurociências do Centro Hospitalar Universitário do Porto; -----

----- Diretor Clínico do Centro Hospitalar Universitário do Porto; -----

----- Regente da Unidade Curricular "Dissertação/Projeto/Estágio" (6º ano) do Mestrado Integrado em Medicina; -----

----- Responsável do módulo "Semiologia Neurológica" (3º ano) do MIM; -----

----- Membro da Comissão Científica do MIM, da Comissão Científica do Ciclo Clínico do MIM e da Comissão Mista ICBAS/CHUP; -----

----- Professor Catedrático Convidado, no ICBAS- Universidade do Porto; -----

----- Diretor clínico do centro hospitalar universitário de Santo António. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023, endereça ao nosso conterrâneo, Professor Doutor José Fernando da Rocha Barros, os nossos parabéns pela honrosa nomeação e que o seu mandato e da sua equipa sejam modelados pelo sucesso. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao ilustríssimo Professor Doutor." -----

----- Votos de Pesar -----

----- 1. "Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal vêm, por este meio, propor a V. Ex.a a aprovação de um VOTO de PESAR, pelo falecimento, no passado dia 13 de janeiro, aos 88 anos de idade, do ilustre penafidense e professor Emílio Fernando Ferreira Fonseca. -----

----- O professor Emílio Fonseca nasceu a 25 de janeiro de 1934 na freguesia de São Cosme - Gondomar. Foi padre em diversas freguesias de concelhos limítrofes do nosso, até se tornar pároco da freguesia de Duas Igrejas. -----

----- Abdicou dos seus votos eclesiásticos, enveredando pela lecionação, tendo permanecido na freguesia onde constituiu família e se tornou um elemento relevante da comunidade, tendo sido Presidente da Junta de Freguesia durante vários anos. -----

----- Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023 endereça à família enlutada e, em particular à sua filha, as mais sentidas condolências." -----

----- 2. "O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, sugerir a V. Ex.a a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 16 de dezembro, aos 59 anos de idade, do ilustre padre cursilista Avelino Jorge Pereira Soares, irmão do Bispo Auxiliar do Porto, D. Vitorino José Pereira Soares. -----

-----Avelino Jorge Pereira Soares nasceu na freguesia de Luzim- Penafiel, no 1 de agosto de 1963. Enveredou pela via eclesiástica e foi ordenado presbítero em 10 de julho de 1988, após estágio no seminário do Bom Pastor, em Ermesinde. -----

-----Foi nomeado em 1991 pároco de Oliveira do Douro, em Vila Nova de Gaia, onde fundou e desenvolveu o Centro Social e Paroquial, sendo também designado assistente do Núcleo Douro Sul do Corpo Nacional de Escutas. Em 2008 foi designado Vigário da Vara de Vila Nova de Gaia-Norte, missão que lhe foi renovada em 2011 e 2014. -----

-----A 2 de agosto de 2017 foi nomeado pároco de Rio Tinto, no concelho de Gondomar, onde desenvolveu um trabalho relevante na construção da nova igreja, na direção do Centro Social e na relevante ação pastoral que desenvolveu. -----

-----Em 2018 foi designado Vigário da Vara da Vigararia de Gondomar, por D. Manuel Linda, cargo renovado em 2021. Foi, também, nomeado Diretor da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto. -----

-----O padre Avelino recebeu, durante o exercício das suas funções, a Medalha de Mérito Municipal no ano de 2018, passando a ser Cidadão Honorário do concelho de Vila Nova de Gaia. Ficou também marcado no pensamento dos gaienses pela sua dedicação na reabilitação da Igreja Paroquial, Capela de São Tiago e Capela de Quebrantões. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023, apresenta sentidas condolências à sua família, à Diocese do Porto, e em particular ao Bispo Auxiliar do Porto D. Vitorino Soares, e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, guardando em sua homenagem um minuto de silêncio. -----

-----Que do voto de Pesar seja dado conhecimento à família e à Diocese do Porto."-----

----- **O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer", apresentou os seguintes votos de Louvor:** -----

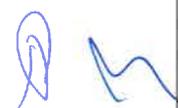
----- **Votos de louvor:** -----

----- **1.** "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor à Secção de Atletismo do Futebol Clube Penafiel, pela conquista de vários lugares no campeonato Europeu de Masters de Maratona 2023, que decorreu na Cidade do Funchal na Madeira."-----

----- **2.** "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor, ao Agrupamento de Escolas do Pinheiro, por ter sido distinguido, com o selo Escola Amiga da Criança 2022, baseado no xadrez. A nível nacional, foram apenas três projetos ligados ao xadrez a merecer esta distinção. -----

----- De recordar, que o Município realizou em forte investimento, na promoção desta modalidade desportiva, distribuindo por cada Agrupamento de Escolas e ENA 35 jogos, 8 relógios, 2 murais magnéticos e 1 impressora 3D para impressão das peças, de forma a criar as condições ao desenvolvimento desse projeto. -----

-----Resultado este que nos orgulha enquanto Penafidelenses, premeia também o trabalho dedicado e profissionalmente competente da comunidade educativa envolvida, com enfoque para professores e alunos."-----



-----3. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor ao par de atletas, Maria Manuela da Silva Ferreira e José Júlio Ribeiro Gonçalves, por se terem sagrado Campeões Nacionais sénior 3 Standard clássicas em 2022 e 2023. -----

-----Representaram também Portugal no campeonato do mundo organizado na Holanda, assim como obtiveram vários prémios em Rimini Itália, Neron e Fene Espanha." -----

-----4. O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer/ propõe a aprovação de voto de louvor ao atleta Alfredo Lopes Moreira, por se ter sagrado Campeão Nacional 2RM e vencedor da classe XI do campeonato Promo de ralis." -----

-----5. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor à atleta da Associação de Caçadores do Vale do Tâmega, Maria Inês Barros, pela conquista da Medalha de Bronze na Presidente's Cup, uma prova que reuniu, no Egipto, os 12 melhores atletas do ranking Mundial." -----

-----6. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor ao atleta da Secção de Natação da Associação Desportiva de Penafiel, Tomás Pereira, por se ter sagrado campeão, no campeonato nacional de Juniores e Seniores de piscina curta, que decorreu, nos dias 9 a 11 de dezembro 2022, no Complexo de Piscinas Municipais de Leiria. -----

-----Tomás Coelho Pereira, o nadador que durante estes 3 dias de competição, conseguiu alcançar todos os recordes pessoais e que desta forma, viria a ser o atleta em grande destaque nestes campeonatos, já que se sagrou campeão Nacional de Juniores, em 4 provas, sendo elas os 100 metros livres, 50 metros costas, 50 metros Livres e 100 metros estilos, além destes títulos, alcançou também a medalha de prata na prova de 50 metros bruços. -----

-----Todos estes resultados merecem ainda, destaque na Federação Portuguesa de Natação, sendo ele considerado um dos 10 destaques de todo o campeonato. -----

-----Tomas Coelho Pereira, passa a ser o primeiro nadador da Associação Desportiva de Penafiel a sagrar-se campeão nacional no escalão de Juniores, o que faz deste marco um feito histórico tanto para o nadador como para o clube." -----

-----**Votos de Pesar** -----

-----1. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe um voto de pesar, pelo Falecimento do Excelentíssimo Senhor Dr. José Joaquim Nogueira da Rocha. -----

-----José Joaquim Nogueira da Rocha, nasceu na Freguesia de Rios de Moinhos, concelho de Penafiel, a 6 de agosto de 1936. Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1965 e diplomou-se em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública em 1971. -----

-----Iniciou a sua carreira de docente universitário na Escola Nacional de Saúde. Distinguiu-se no desempenho de cargos de elevado nível na Administração Pública e na gestão empresarial, entre os quais se destacam os de Administrador-Geral dos Hospitais Cívicos de Lisboa entre 1968 e 1978. Diretor Geral de Organização e Recursos Humanos da Segurança Social de 1979 a 1985. Diretor Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde de 1986 a 1990 e Presidente do Conselho de Administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais- SUCH de 1990 a 2002. -----

-----Na produção legislativa foi autor e coautor de diversos diplomas legais nas áreas da Segurança Social e da Saúde. Foram-lhe concedidos vários louvores e condecorações, em Portugal e no Brasil, tendo em maio de 2018 recebido a Medalha de Serviços Distintos- Grau Ouro do Ministério da Saúde. -----

-----Pelos seus méritos profissionais e académicos, mas acima de tudo pelas suas qualidades humanas, o Prof. Nogueira da Rocha foi uma referência para várias gerações de Administradores Hospitalares. A sua contribuição para a construção do SNS e para a consolidação da Administração Hospitalar Portuguesa deixa uma marca indelével que o tempo não apagará. Foi ainda sócio fundador da Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos, tendo sido Presidente da Assembleia Geral entre 1994 e 2014. -----

-----Faleceu no dia 27 de janeiro, pelo que apresenta-se as mais sentidas condolências, pelo seu falecimento à família enlutada. -----

-----Propõe ainda o cumprimento de um minuto de silêncio em sua memória."-----

-----2.º O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe um voto de pesar, pelo falecimento do Professor Emílio Fonseca. -----

-----Emílio Armando Ferreira da Fonseca, natural de Gondomar, residia na Vista Alegre, na Freguesia de Duas Igrejas, onde exerceu funções de Presidente de Junta, sendo igualmente membro em vários mandatos desta Assembleia Municipal. Muito acarinhado pela comunidade, dedicou-se a várias causas sociais, destacando-se na fundação da Associação para o Desenvolvimento de Duas Igrejas, instituição de solidariedade social que presta apoio à população sénior. Dedicou a sua vida ao ensino, sendo professor na escola Secundária de Penafiel por vários anos. -----

-----Faleceu com 88 anos de idade, a 13 de janeiro de 2023, pelo que, apresenta-se as mais sentidas condolências pelo seu falecimento à família enlutada."-----

-----3.º O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe um voto de pesar, pelo falecimento do Reverendíssimo Padre Avelino Jorge Soares. -----

-----Avelino Jorge Soares, nasceu a 1 de agosto de 1963, na freguesia de Luzim, irmão do bispo auxiliar do Porto, D. Vitorino José Pereira Soares. -----

-----Ordenado presbítero a 10 de julho de 1988, depois do estágio no Seminário do Bom Pastor, em Ermesinde, foi nomeado pároco de Oliveira do Douro, em Vila Nova de Gaia, em 1991, sendo também designado assistente do Núcleo Douro Sul do Corpo Nacional de Escutas. -----

-----Em 2008, torna-se vigário da Vara de Vila Nova de Gaia-Norte, um serviço renovado em 2011 e 2014. -- -----

-----A 2 de agosto de 2017, foi nomeado pároco de Rio Tinto, no concelho de Gondomar e, no ano seguinte, em 2018, foi designado vigário da Vara da Vigararia de Gondomar, um cargo renovado em 2021, por D. Manuel Linda. -----

-----Faleceu no dia 16 de dezembro de 2022, com 59 anos de idade, fruto de uma grave efemeridade oncológica, pelo que, apresenta-se as mais sentidas condolências pelo seu falecimento à família enlutada. -----

-----Propõe ainda o cumprimento de um minuto de silêncio em sua memória."-----

-----Posto à votação a admissibilidade da moção, votos de louvor e pesar apresentados foram aprovados por unanimidade. -----



-----**Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

----- O senhor deputado Luis Monteiro: Começou por desejar as boas vindas ao senhor Joaquim Rodrigues que tomou posse como Vereador, desejando-lhe um bom mandato. -----

----- Referiu que ia falar-lhes da casa comum. Falar-lhes do ambiente. Tema que tem merecido da parte do PS uma grande centralidade, uma grande preocupação não só nas políticas mas também nos discursos. Falar-lhes em concreto dos resíduos e da transição energética. -----

----- Referiu que foi anunciado que o aterro sanitário de Penafiel iria finalmente ser encerrado. Aliás, uma promessa que tem sido feita pelo menos nos últimos 10 anos. Aterro sanitário, esse, que deveria ter sido encerrado por volta do ano de 2010, passou o ano de 2011, passou o ano de 2012, 2013, 2014 e até à data continuava em funcionamento. Porque estavam em 2023 e continuavam a receber os lixos produzidos em Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva no aterro sanitário de Penafiel. -----

----- E a solução para o pós-encerramento do aterro sanitário de Penafiel, foi anunciado que será a instalação da nova unidade de valorização de resíduos orgânicos de Paredes a concluir até ao final deste ano. -----

----- Referiu que fez as contas e no máximo da sua capacidade, essa nova instalação pode tratar anualmente 25.000 toneladas de bioresíduos. Porém anualmente são produzidos na região cerca de 150.000 toneladas de resíduos, ou seja, a nova instalação terá capacidade para tratar menos de 17% dos lixos produzidos na região. E foi acrescentar a quantidade de resíduos que vão atualmente para reciclagem. São cerca de 7% dos lixos que são enviados para reciclagem. Fazendo então as contas somando aos 17% dos lixos que serão tratados na nova instalação de valorização de resíduos de Paredes os 7% que vão para reciclagem, resulta numa percentagem menor do que 25%. -----

----- Isso significa que mais de 75% dos lixos que faziam, se não forem para aterro sanitário, não têm solução. E a preocupação do PS tem a ver com o facto de, das duas uma: Ou o aterro sanitário, ao contrário do que foi prometido, não vai ainda ser encerrado este ano, ou então há outra solução que não é publicamente conhecida para a grande maioria dos resíduos que são produzidos. -----

----- Perguntou ao senhor Presidente, o que é que irá fazer aos tais 75% dos lixos que atualmente vão para o aterro sanitário de Penafiel e que vão deixar de poder ir. E a esse propósito, tinham 3 perguntas muito simples: 1. Quando está previsto o encerramento do aterro sanitário? 2. Qual é a solução pensada como alternativa aos mais de 75% dos lixos que produzimos 3. Se existe algum estudo que estime o impacto que essa nova solução terá no tarifário que todos pagamos mensalmente para recolha, transporte e tratamento dos lixos. -----

----- No que dizia respeito à Transição energética disse que bastaria analisar o orçamento que foi aprovado nesta casa para verificar que de um custo de 1,26M€ de 2022, a Câmara prevê pagar durante este ano de 2023, 3,8M€ de eletricidade. É um aumento de mais de 2,5 M€ na despesa municipal com a eletricidade. E bem sabiam que esse aumento terá a ver com o assumir de novas competências no âmbito da descentralização de competências. Terá a ver, por certo com o aumento do custo da energia que a todos afeta. Mas o que queria perguntar ao senhor Presidente, é o que a Câmara Municipal de Penafiel tem feito no sentido da transição energética, além de aproveitar como todos os restantes municípios o



financiamento do Estado para colocação de capoto e substituição de caixilharias nos edifícios municipais e colocação de iluminação pública com LED. -----

----- O que a Câmara Municipal tem feito para reduzir esses custos da eletricidade? -----

----- Que medidas têm sido tomadas no sentido de Aumentar a incorporação de energias renováveis no consumo final de energia através soluções de autoconsumo?-----

-----Mais perguntou, por que razão a Câmara que é proprietária de tantos edifícios, de tantos terrenos onde poderiam ser instalados painéis fotovoltaicos em regime de autoconsumo, ainda não contratualizou, como outras Câmaras e outras entidades estão a fazer para a criação de unidades de produção de energia para autoconsumo. É porque, o sol nasce e põe-se todos os dias. E entre o nascer e o pôr-do-sol há muito kWh de energia que poderia estar a ser produzida gratuitamente para benefício do nosso orçamento e para benefício do ambiente. Perguntou ainda se a Câmara tem aproveitado o financiamento disponível para a instalação destas soluções. -----

-----Tem a Câmara aproveitado soluções de mercado com os privados que se disponibilizam a fazer todo o investimento a custo zero para os municípios e disponibilizando a energia a uma tarifa mais baixa? -----

-----Qual a percentagem atual da energia final consumida que provém de sistemas de energia renovável para autoconsumo? -----

-----Que que medidas têm sido tomadas no sentido de promover a mobilidade elétrica? -----

-----Quantos veículos da frota municipal hoje são elétricos?-----

-----Que outras medidas a Câmara está a implementar no sentido de melhorar a eficiência energética dos seus próprios edifícios quando sabiam que ainda hoje, há serviços onde os funcionários se aquecem com recurso a antigas escalfetas, a antigos aquecedores a óleo ou a ventiladores. Não bastassem as preocupações com as alterações climáticas e a necessidade de diminuição da pegada carbónica, o aumento de mais de 2,5M€ do custo de energia elétrica deveria ser suficiente para que fossem tomadas medidas com vista a melhorar a eficiência energética. Para bem do ambiente, das finanças municipais e a bem da sustentabilidade. -----

-----O senhor deputado Joaquim Lindoro: Referiu que a Assembleia Municipal de Penafiel tem sido uma tribuna que tem pugnado insistentemente pela modernização do hospital público do concelho de Penafiel, que também serve uma vasta região que inclui o Vale do Sousa, parte do Vale do Tâmega e parte do Vale do Douro. Os elementos que compõem a Assembleia Municipal de Penafiel têm ficado contentes com os desfechos positivos das propostas e sugestões que naquele órgão vão sendo apresentadas. O "grande" grupo municipal da oposição presente tem pautado muito pelo silêncio naquela matéria, embora reconheça que é um silêncio aquiescente, mas tem sido o pequeno grupo da oposição que pegou naquele tema numa das campanhas políticas, o que não teve mal nenhum, uma vez que todos os apoias eram sempre muito vindos. -----

-----Referiu que, atualmente se fala tanto dos dinheiros do PRR, e como se pode verificar no ponto 11 da presente ordem de trabalhos de uma grande estrutura hospital privada no concelho, não podia deixar passar o momento em que há uma reconhecidamente uma pressão sobre o Hospital Padre Américo para falar de numa nova tecnologia que de momento, que está a mexer muito com os hospitais públicos que é o robot cirúrgico, ou seja a cirurgia robótica, uma tecnologia nova muito sofisticadas em que permite aos

cirurgias realizar operações com maior precisão e maior qualidade, embora sempre dependente da perícia do cirurgião. Máquina essa, muito desenvolvida, que pode melhorar muito a performance do cirurgião, melhorando também a sua aprendizagem havendo por isso uma menor dor e uma maior recuperação dos doentes que a essas cirurgias são submetidos. -----

----- A evolução da atual cirurgia laparoscopia que se faz no hospital Padre Américo é com reconhecida competência. Foi uma cirurgia inovadora mas que tem evolução na cirurgia robótica. A cirurgia robótica tem-se tonado muito importante na cirurgia abdominal, estomago, intestino, nas cirurgias da obesidade, na da próstata, do rim, do útero e dos ovários. O aparelho já existe no mercado mundial há mais de dez anos, mas é bastante caro, houve um monopólio mundial desse aparelho, mas a patente acabou e apareceram aparelhos mais baratos. Foi por esse preço, cerca de 1 milhão de euros, que houve dificuldade na sua aquisição e foram os hospitais privados que em Portugal adquiriam esse aparelho, havia há três meses a esta parte cinco aparelho instalados em Portugal, quatro nos hospitais privados e um no hospital público S. José em Lisboa, que foi instalado, na maioria não foi com dinheiros públicos mas com a participação do mecenas. -----

----- Referiu que atualmente a o dinheiro do PRR está a permitir a aquisição de máquinas e no meio médico falasse muito dos robots, os grandes hospitais, mercê do PRR estão adquirir essas máquinas e até estão a lutar uns com os outros, no Porto a velha realidade entre o S. João e o Santo António isso nota-se. E é exatamente nesse ponto que é importante recordar ao Ministério da Saúde, nomeadamente ao senhor ministro dr. Manuel Pizarro, que não há apenas grandes hospitais nos centros populacionais há também grandes hospitais fora desses centros, nomeadamente o hospital de público de Penafiel é por ventura o um dos maiores hospitais fora desses centros. O hospital Padre Américo serve uma área bem maior que muitos dos hospitais ditos como centrais, que estão classificados ao nível superior. É toda aquela dimensão do hospital Padre Américo que tem que ser recordada e que ali proclama a alta voz, que o Hospital Padre Américo é uma instituição que também merece ser considerada na atribuição de um robot. Tem a dinâmica e qualidade suficiente, como se pode verificar pelos números da sua produção. Tem atividade suficiente para tirar partido da máquina e quiçá, mais partido do que outros hospitais. Um robot tem que estar incluído e não pode ser esquecido no uso dos dinheiros do PRR que estão atribuídos ao Hospital Padre Américo para a sua modernização, pois o robot é fundamental porque leva à modernização da prática hospitalar, ao aumento da sua capacidade funcional e do Serviço Nacional de Saúde em que o hospital Padre Américo está inserido e será certamente uma bandeira de prestígio muito importante para o hospital e para toda a região. -----

----- — O senhor deputado Tiago Josué: Felicitou o senhor Vereador Joaquim Rodrigues pelas suas novas funções na Câmara Municipal. -----

----- Começou por perguntar ao senhor deputado Joaquim Lindoro o que é que grupo de socialistas falou na campanha eleitoral e depois se calou e em que é que não defenderam o CHTS uma vez que ficaram todos sem perceber o porquê daquelas afirmações na sua intervenção. -----

----- Lembrou que foi durante a legislatura do atual Governo que foi adquirida a máquina de ressonância magnética. Foi também durante a gestão do Governo do PS que se alargou o serviço de urgência e que se tem e continua a investir no hospital Padre Américo e no Centro Hospitalar do Tâmega



e Sousa. Recordou que são os deputados do PS que se têm debatido e lutado por uma segunda VEMER para o centro hospitalar, também foi defendida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal Penafiel e pelos seus homólogos da região. -----

----- Lembrou que segundo o regimento da Assembleia Municipal, as sessões da Assembleia Municipal têm o seu início às 17h, a não ser que por motivos extraordinários possam ser realizadas em outro horário. Perguntou a senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que é que houve de extraordinário, uma vez que na convocatória tinha referência, para que a presente reunião tivesse o seu início uma hora mais cedo. Disse que uma hora mais cedo, certamente dificultava a vida de quem têm horários a cumprir e já fazia um esforço para estar presente às 17h, quando a maiorias das Assembleias Municipais da região tinham o seu início em horário pós laboral. -----

----- No que dizia respeito ao tema sobre habitação, disse que foi conhecido e divulgado desde o ano passado o programa da Casa Acessível da Câmara Municipal de Penafiel, que vem alinhado com o programa do IHRU para o mesmo efeito. Esse programa, lançado no ano passado demorou um ano a ter uma consulta pública para os proprietários e nessa mesma consulta pública, que durou 20 dias e que terminou agora, apenas um único proprietário privado que apresentou candidatura para colocar a sua casa em arrendamento, para que posteriormente a Câmara Municipal subarrendar a agregados com carências económicas. Acreditava que também era por isso que no regulamento dos apoios da Ação Social a Câmara Municipal iam aprovar uma atualização da renda máxima para conseguir atrair mais e novos senhorios que pretendam arrendar as suas habitações à Câmara Municipal de Penafiel para depois subarrendar. Assim sendo, o programa da Câmara Municipal está a ser um absoluto insucesso da forma como foi montado, porque uma consulta pública que demora um ano e depois tem apenas uma candidatura e profundamente irrealista e não corresponde à realidade, nem ao mercado, nem da ambição dos penafidelenses. -----

----- Felizmente, que através do Governo da República e do IHRU, há outro programa e aí há um embate ideológico com aquilo que o executivo municipal pretende fazer e da forma em como olha para a habitação social, ou seja, o Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis que prevê um empréstimo às Câmaras Municipais para a edificação, requalificação e aquisição de casa para que a Câmara Municipal quando tem as casas em sua propriedade e é detentora dos imóveis pode coloca-los a custos acessíveis para os agregados em carência económica. Mais disse que não é só para os agregados familiares com carências económicas que se deviam apenas preocupar e olhar, também se tinham que preocupar com a classe média que cada vez mais tem dificuldade em adquirir e arrendar habitação. Disse que o PS não se esquece da promessa que o senhor Presidente fez, acerca de meio ano, quando questionou sobre a isenção do IMT para jovens. Se bem se recordam o senhor Presidente respondeu que estavam à espera de um parecer do Tribunal de Contas e para perguntar novamente no início do ano, que aí seguramente já teriam a isenção do IMT para jovens. Assim sendo, e porque a Assembleia Municipal pretende saber, onde é que está a isenção do IMT para os jovens? Mais perguntou, quanto é que a Câmara Municipal, desde de que o senhor Presidente exerce funções executivas, arrecada de IMT. Referiu que certamente a isenção do IMT aos jovens os ajudaria muito e não lesaria em nada os cofres da Câmara Municipal. -----



----- O senhor deputado Joaquim Lindoro: Respondeu ao senhor deputado Tiago Josué que todos os apoios são bem-vindos e em qualquer altura. Esclareceu que apenas referiu as intervenções feitas em sede de Assembleia Municipal no presente mandato mas sobretudo no mandato anterior. Disse que, se o senhor deputado consultar as atas verificaria que foi o grupo municipal da coligação "Penafiel Quer", que trouxe pela primeira vez à colação pública a questão do aparelho de ressonância magnética, da sala há 20 anos fechada no hospital Padre Américo que necessitava daquele tão essencial aparelho. Também foi ali que se trouxe à colação pública, a necessidade de uma disponibilidade de cateterismo cardíaco 24h por dia durante 7 dias da semana no hospital. -----

-----Se bem se recordam, o senhor deputado Renato Barros, presente na altura, lembrou a forma como tinha sido abordada a questão do cateterismo cardíaco podia causar algum alarme social, o que não foi o caso e as coisas avançaram. Também o senhor deputado Nuno Araújo na altura, disse que se ia informar junto ao Governo sobre o preço do aparelho de ressonância magnética o que nunca lhes chegou a dizer e o que é certo, é que entretanto o aparelho chegou ao hospital. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Quanto ao que aconteceu para que a sessão da Assembleia Municipal tivesse o seu início meia hora mais cedo, não foi nada de extraordinário a não ser a circunstância de nunca terem conseguido dar inícios aos trabalhos às 17h conforme está previsto no regimento. E hoje conseguiram reunir o quórum e dar início aos trabalhos às 17h. A mesa reconhece a razão do senhor deputado Tiago Josué e solicita a todos que há hora marcada estivessem presentes para conseguirem dar início aos trabalhos. -----

-----Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação a moção, e os votos louvor e pesar acima transcritos. -----

----- **Discussão e votação da moção "Um ano de resistência";** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 55 votos a favor, Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos,



Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- Os votos Louvor e Pesar foram subscritos por todos os presentes. -----

----- **Discussão e votação dos votos de Louvor:** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Deu os parabéns à Câmara Municipal de Penafiel por criar as condições para que fossem atribuídos todos aqueles votos de louvor. Realmente Penafiel estava na linha da frente e com certeza que tantos votos só foram e são possíveis porque a Câmara Municipal lhes cria as condições para todos eles fossem possíveis. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse que discorda por completo das palavras ali proferidas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel quando aponta a Câmara Municipal como responsável dos resultados ali elogiados. -----

----- Os Votos de Louvor ali aprovados devem-se, essencialmente, aos penafidelenses elencados, aos clubes que os acolhem e lhes proporcionam condições para se poderem desenvolver e atingirem os graus de excelência que escutavam, devem-se às famílias que investem nos seus filhos e, acima de tudo, deve-se à resiliência e espírito de sacrifício que os louvados demonstram e continuam a demonstrar.

Lembrou, que é objeto e desígnio das autarquias proporcionar aos seus cidadãos condições de lazer, de acesso à cultura, da prática de desporto e de apoiar e agraciar, o que nem sempre acontece, quem leva o nome do concelho além muros, quer no desporto, quer na cultura, quer em boas práticas a nível social, pessoal e cultural. -----

----- Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade por todo os presentes. ----

--- Não interveio na votação do voto de louvor ao Professor Doutor José Fernando da Rocha Barros, ausentando-se da sala, o senhor deputado Renato Joaquim Rocha Barros, por impedimento, nos termos do art.º 55, n.º 6 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e alínea a), n.º 1, do artigo 69.º do CPA, e artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Posto à votação, os votos de Pesar foram aprovados por unanimidade por todo os presentes, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insígnies cidadãos. -----

----- **1.º Ponto — Aprovação da Ata da sessão anterior;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a ata foi aprovada por unanimidade, com 45 votos a favor, Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de

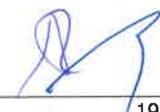
Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

-----**2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Referiu que muitas vezes as oposições são atacadas por apenas criticarem e não apresentarem alternativas. Aliás numa última Assembleia Municipal foi o Governo e o PS atacado por no Orçamento de Estado apenas ter aprovado 25 propostas feitas pela oposição. Mas depois chegavam ali, à Assembleia Municipal e infelizmente, zero propostas do PS eram consideradas ou atendidas, o que dava que pensar. E assim continuavam a não ter um modelo comum para todos os pelouros que pudesse tornar a informação escrita do senhor Presidente mais sistemática, coerente e transparente como lhes tinham proposto pois continuavam sem ter a informação dos custos de cada iniciativa que consta da informação. Continuavam sem ter informação relativa ao prazo médio de pagamento a fornecedores. Continuavam sem saber o valor total da dívida naquele momento e que medidas, está a autarquia a desencadear no sentido de corrigir aquela situação. Referiu que podiam até acreditar que a falta de transparência se devia à má vontade da Câmara em atender às sugestões do PS, mas depois iam ao site da Câmara Municipal que é de acesso público e viam na informação respeitante ao ambiente com dados estatísticos de recolha seletiva apenas até 2012 ou seja, 11 anos desatualizada. Iam à informação referente aos dados de perfis por setor de atividade com dados de 2013, mais uma vez 10 anos desatualizada. Iam aos Despachos na área do urbanismo com dados apenas até o 3.º trimestre de 2019, mais de 3 anos desatualizado. Declaração patrimonial dos membros do Executivo continua em atualização, viam o Registo de interesses dos membros do Executivo que também continua em atualização. Perguntou ao senhor Presidente se acha que os penafidenses não merecem ter mais informação e mais transparência, pois o Partido Socialista, acha que merecem e continuariam ali a lutar para que a Câmara municipal de Penafiel seja mais transparente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à intervenção do senhor deputado Luís Monteiro sobre o aterro de rio Mau, disse que era um tema recorrente, apesar de ter já explicado muito sobre aquele assunto e dito o que é essencial àquele propósito. Foi o PS que levou aterro sanitário para Rio Mau, mas a grande e principal questão é que vai ser a coligação "Penafiel Quer" que o vai encerrar. Disse que a unidade de tratamento dos biorresíduos não vai resolver o problema dos resíduos do Vale do Sousa, nunca a Ambisousa assumiu essa circunstância. Sempre disseram que é importante resolver uma parte significativa do volume dos resíduos produzidos e vai resolver um problema importantíssimo - o orgânico, e que implica elevadíssimas taxas de gestão de resíduos em virtude da quantidade e do volume de orgânico que é depositado em aterro. Esse foi sempre o compromisso e é nele que estavam a trabalhar. A obra está já a decorrer no concelho de Paredes, na unidade industrial de Parada/Baltar, local onde vai ficar instalada a unidade pelas circunstâncias que caracterizavam essa mesma unidade. Vai produzir biogás que vai ser injetado diretamente na rede de gás e por isso aquela localização, e o facto de ter ali uma proximidade para fazer a injeção na rede. Não é apenas por esse



motivo mas também, porque o facto de terem a possibilidade de injetar o gás produzido na rede que lhes vai dar uma receita que permitirá manter o tarifário em padrões razoáveis para os concidadãos. Atualmente na Ambisousa têm o tarifário mais baixo de todos os sistemas do país. Foi necessário fazer um ligeiro aumento para este ano devido a todas as questões conhecidas, nomeadamente a inflação, a subida significativa dos custos com os combustíveis, energia e com pessoal, mas ainda assim a tarifa continua a ser a mais baixa de todos os sistemas do país e é isso que lhes permite não estar a onerar os municípios. Como é do conhecimento geral têm que respeitar o princípio do utilizador pagador e portanto o sistema tem que ser sustentável, ora só conseguindo ganhos na gestão é que conseguiam depois, ter tarifas mais baixas para os utilizadores. A unidade está em construção, está a decorrer dentro do prazo estabelecido, têm que a concluir dentro do quadro comunitário porque tem financiamento comunitário parcial e estavam já a iniciar, com o envolvimento dos municípios o trabalho para a recolha do orgânico, porque quando a unidade estiver concluída têm que ter a matéria-prima para a fazer funcionar. -----

-----Os resíduos que não vão ser objeto de tratamento na unidade e não vão ser encaminhados para a reciclagem vão ser tratados no âmbito de uma parceria que a Ambisousa já tem com a Lipor. Vão ser encaminhados para incineração, no âmbito da parceria, a Ambisousa tem uma maior capacidade de triagem do que tem a Lipor e por sua vez a Lipor tem uma maior capacidade de incineração do que atualmente carece. Tem sido aquele o próprio incentivo da ERSAR e da tutela para que os sistemas trabalhem em conjunto. -----

-----Relativamente ao desempenho do município em termos de eficiência energética, disse que têm feito um caminho bastante relevante e é isso que lhes tem permitido ir acomodando os sucessivos aumentos na fatura da eletricidade, é claro que orçamento para este ano é um instrumento de previsão e por cautela tem os valores que o senhor deputado referiu, mas as expetativas é que eles fiquem aquém em termos da execução. Nos equipamentos municipais já fizeram em quase todos eles intervenções de fundo, não foram apenas intervenções simbólicas como o senhor deputado fez crer, até porque os financiamentos só são viabilizados se obedecerem a determinados objetivos do ponto de vista da redução dos consumos e das metas estabelecidas em termos de eficiência energética. O edifício da Câmara Municipal e Biblioteca Municipal foram objeto de intervenção, assim como as piscinas municipais que foram também objeto de um investimento que ultrapassou o milhão de euros mas que vai agora ter um excelente retorno. Estavam a trabalhar, um caminho que se vai fazendo permanentemente, ao nível da frota automóvel não podiam substituir todos os veículos por veículos elétricos, mas os que eram abatidos eram substituídos por veículos elétricos, foi essa a metodologia que adotaram por lhes parecer a mais adequada. Nas políticas municipais que vão executando nos mais diversos domínios têm sempre essa preocupação, seja na requalificação dos bairros sociais, seja nos equipamentos novos que vão construindo, como a central de transporte ou o Ponto C. Têm sempre a preocupação de ir ao encontro das boas práticas, as que são recomendadas ao nível da eficiência energética. Todas as candidaturas, por exemplo, no domínio do PRR têm que obedecer a essas exigências e a esses objetivos no âmbito da eficiência energética. -----

-----Referiu que neste momento está em conclusão o concurso para rede de carregamentos elétricos que vai permitir colocar 9 carregamentos elétricos nos mais diversos pontos pelo concelho. -----



-----Ao nível da iluminação pública foram o único município da CIM que assegurou financiamento para substituir a iluminação tradicional pela iluminação led. Essa fase já se encontra concluída mas iam continuar porque ainda tinham caminho para fazer. Estava a fazer esse caminho e ao contrário do que disse o senhor deputado Luís Monteiro, não estava apenas a fazer o que eram os programas do Governo, estavam a fazer aquilo que, de acordo com os instrumentos que têm disponíveis achavam que podiam e deviam fazer e estavam a fazer um bom caminho no que diz respeito a criar melhores condições ao nível da eficiência energética. Informou que neste momento estavam a concluir um estudo para avaliar a possibilidade de nos equipamentos municipais que tenham condições físicas para o efeito, como por exemplo os pavilhões desportivos, as coberturas dos centros escolares e o pavilhão de feiras e exposições, de colocarem os painéis fotovoltaicos para auto consumo. Não era só apenas a nível do município, pois um dos maiores projetos no que diz respeito a energias limpas, fotovoltaico e eólico vai ser instalado no concelho de Penafiel e é o maior investimento público e privado de sempre. É um trabalho que está a ser feito, há investimentos que são públicos, outros privados, mas o importante é que as coisas acontecessem e é nesse sentido que pretendem caminhar. -----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado Joaquim Lindoro, que com a pertinência e o conhecimento de causa que tão bem o caracterizam, abordou o tema da maior atualidade, a aposta na inovação e nos robots cirúrgicos, esperava que da mesma forma que a sua voz foi determinante para que hoje o hospital Padre Américo tenha finalmente um equipamento de ressonância magnética, que também naquele domínio, que é relevante como o senhor deputado referiu, que esta sua intervenção venha a ter eco e que a sua persistência e determinação conduzam ao sucesso dessa iniciativa porque, pelas razões ali referidas, não podiam ficar para trás. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Tiago Josué sobre o tema da habitação, disse que efetivamente o programa que referiu não teve adesão de que gostavam e esperavam que tivesse tido, mas o defeito não é do programa uma vez que este assenta numa Lei do República, portanto o problema é da Lei. E tanto é assim que já o então Presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, quando lançou o programa semelhante na Câmara de Lisboa teve idêntico resultado, e o problema é que a Lei não cria incentivos suficientemente apelativos para os proprietários disponibilizarem as suas habitações para aquele modelo de arrendamento. Disse que iam insistir para procurar terem mais oferta mas não podiam ir para além do que a Lei permite em termos de apoio e incentivo aos proprietários. Aquilo que ali apresentavam hoje de alteração ao regulamento, não tinha nada a ver com aquela situação, mas com outra circunstância, porque quando perceberam que há dificuldade em criar maior acessibilidade ao arrendamento por aquela via, vão apoiar mais inquilinos, ou seja, aqueles que tem já casas arrendadas mas que perante a inflação e dificuldades que todos estão a sentir no seu dia-a-dia e no aumento significativo das rendas, o município vai apoiar por essa via os penafidenses que consigam arrendar casa através de outros mecanismos e por outras vias. -----

----- Quanto à questão do embate ideológico, disse que um único embate ideológico que tinham é relativamente ao arrendamento forçado, uma vez que para esse não olham como opção porque acham que deve haver respeito pela propriedade e portanto nesse tema estão divorciados do atual Governo.

-----No que dizia respeito à isenção do IMT para os jovens, referiu que, se ainda não está em aplicação a medida, é porque as burocracias os tem impedido de a implementar. Tem sido uma luta permanente com as finanças e com as várias entidades para puderem avançar com essa medida. Essa medida ia avançar porque estão determinados em fazê-lo. Todavia não deixava de ser curioso que o mesmo Partido Socialista que ali coloca essa questão, seja o Partido Socialista que em Lisboa vota contra uma proposta do atual Presidente da Câmara para proporcionar exatamente a isenção de IMT aos jovens na aquisição de casa. Percebe-se bem a coerência daquelas matérias que são tão importantes como é o caso da habitação que é em função da circunstância e do lado que estão da barricada. O IMT na receita municipal relativa a cada ano vai variando em função da situação económica, ou seja, em anos de maior dinâmica da economia há mais transação imobiliária é natural que o IMT também suba, quando há uma maior depressão em termos económicos o imobiliário ressentem-se também e há menos receita de IMT. Não é uma receita que seja de grande montante no concelho. -----

-----A intervenção do senhor deputado Luís Monteiro referente à informação escrita, que começa por dizer que é informação a mais, e depois acaba dizendo que é informação a menos. Sugeriu que o senhor deputado tomasse uma opção e depois avaliariam. Disse que procuravam levar a informação, acima de tudo, e sobretudo a informação que resulta da Lei, como obrigação de prestar informação à Assembleia Municipal, mas depois levam outra informação que achavam que o ter outra informação nunca é demais. E exatamente por isso, hoje levava ali uma informação que não constava no documento, porque não foi possível constar porque só a recebeu, hoje ao início da tarde. Assim, e com muito gosto, porque é um tema, em relação ao qual já muito trabalho foi feito e muitas dores de cabeça foram tidas e que há mais de quatro anos andavam às voltas com aquele assunto que tem a ver com a interceção da EN 106, com a saída da A4, informou que recebeu a proposta para o acordo de gestão para a intervenção que ali vão fazer e que vai concretizar-se com duas rotundas. Uma para resolver o trânsito na saída da A4 e amarrar aquelas pontas como a estrada que vem Novelas, a variante à EN 106 e a nova via que vem do centro de transportes e na outra rotunda mais acima que irá resolver a conflitualidade com acesso à zona industrial. Depois de vários anos de luta, de várias incompreensões e alguns comentários de quem não tem noção de como as coisas funcionam e que achavam que não faziam porque não queriam, quando na verdade o que há é uma grande carga burocrática por parte do Estado que numa matéria cuja responsabilidade lhe cabe por inteiro, não só não faz como ainda cria dificuldades a quem quer fazer. Mas o importante é que vai finalmente avançar com aquela intervenção porque com a minuta do acordo de gestão assinado, podiam concretizar a tão desejada obra. Como já tinha referido na última sessão da Assembleia Municipal, tinham iniciado todos os procedimentos para avançar com a empreitada mas tinham perfeita noção que sem aquele acordo de gestão, quando chegasse o contrato ao Tribunal de Contas era obviamente devolvido e portanto não podiam avançar com a obra. Agora sim, estavam em condições de o fazer. -----

----- **3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, para efeitos do previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----



-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 54 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

-----4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização contratação de um empréstimo de curto prazo até ao limite de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros) junto da Caixa Geral de Depósitos, instituição financeira que, em conformidade com a consulta descrita na informação da Unidade de Gestão Financeira e o parecer do Diretor do Departamento de Gestão Organizacional, apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, isenta de quaisquer comissões e de utilização e amortização livres, e uma taxa de juro associada à Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 0,077%, nos termos do artigo n.º 50.ª, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e para efeitos da alínea f) do n.º 1, do artigo 25, da lei da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que tem sido repetido que a Câmara de Penafiel goza de uma boa saúde financeira, e já sabiam e dispensavam o argumentário que vai ser defendido pela coligação de que se trata de um empréstimo de tesouraria que se destina a colmatar necessidades financeiras num determinado período do ano e que será, obrigatoriamente liquidado até 31 de dezembro, e que também vão defender que ele só será usado se for necessário e pretendem antecipar as receitas de IMI e IMT que só acontecerão em maio, agosto e novembro, Só que vai mesmo ser usado, aliás como sempre todos os anos este empréstimo é pedido, e este empréstimo de curto prazo, custa dinheiro, ou seja, custa nada mais, nada menos do que 10.000€. -----

----- Referiu que se a saúde financeira da Câmara é tão boa como é tantas vezes ali e lá fora afirmado, bem se podiam poupar esses 10.000€ e aplicá-lo em tantas necessidades para benefício de Penafiel e dos Penafidelenses. A bancada do grupo municipal do Partido Socialista naturalmente irá votar contra naquela proposta. Uma que podemos usar é o facto de aquela operação ter um custo de 10.000€ no ano de 2023, baseada na alteração orçamental que foi aprovada no ponto da ordem de trabalhos



anterior. Se a Câmara Municipal tem boa saúde financeira qual a razão daqueles empréstimos sucessivos anualmente. Bem sabiam que é sempre referido que aquele empréstimo é de curto prazo é para ser pago no prazo do corrente ano, mas o que também sabiam é que ele tem um impacto financeiro de 10.000€ e esse valor poderia ser aplicado em diversas necessidades do concelho. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Começou por referir que há uma coisa que já dá como adquirida que é facto do senhor deputado Luís Monteiro já ter começado a ler a Lei e aperceber como é que tudo aquilo funciona, mas não basta só ler é necessário saber interpreta-la. Disse que senhor deputado ia ali debitar números mas isso não bastava, é preciso percebê-los. Numa primeira intervenção disse que a despesa da EDP duplicou, e chegou a essa conclusão porque foi ao Orçamento do ano passado, viu o número e subtraiu-o ao número do orçamento deste ano, e viu a diferença. Explicou que não era assim que funcionava, pois tinha que perceber que o Orçamento é uma estimativa e tem que se colocar na rubrica do ano subsequente esse valor sob pena de ter que se fazer mais uma alteração orçamental. Depois, por força da transferência de competências do Estado para a Autarquias, este ano a Câmara Municipal no Orçamento, teve que alocar também a despesa da eletricidade das escolas e ACES que passaram para o município. As outras construções e edificações que todos os anos vai construindo e naturalmente o preço da eletricidade vai aumentar. Perguntou ao senhor deputado se se esqueceu desse facto ou se foi intencional ou se é demagogia como começa a ser seu hábito naquele fórum. -----

----- O senhor deputado também ali referiu que em questões de transparência até a Câmara deixou de indicar o prazo médio de pagamento, explicou que não foi a Câmara mas a DGAL que um dia o Governo do PS, decidiu colocar um boy e deixar de colocar pessoas com competência que decidiu alterar toda aquela estrutura e houve Câmaras de um momento para o outro onde tinham débitos de 30 ou 50 dias, passaram a ter débitos de dois ou três anos, ou seja, alguém que não sabia fazer contas e rapidamente aconteceu que a DGAL deixou de fazer esse trabalho e desistiu de apresentar ao público o prazo médio de pagamento. E como não bastasse o senhor deputado disse ali que aquele empréstimo de 2 milhões de euros, empréstimo de curto prazo e tesouraria, que serve para os municípios, todos sem exceção conseguirem, quando naqueles meses em que tiverem menos receitas puderem suportar todas as despesas correntes do seu dia-a-dia, mas o senhor deputado esqueceu-se mais uma vez que, e não sabe ler os números, vai outra vez à questão da proposta de alteração modificativa ao orçamento e porque a Câmara tem que colocar sempre um valor de referencia que há de ser o máximo possível dessa despesa e o senhor deputado conclui que a despesa do empréstimo era de 10 mil euros. Disse que garantidamente não eram 10 mil euros e será sempre em função da taxa contratualizada e em função da real utilização desse mesmo empréstimo. Sugeriu ao senhor deputado Luis Monteiro para que começasse a ir ao púlpito dizer coisas reais e concretas, porque não bastava debitar perante o público coisas que não correspondem à verdade que eram falsas e demagógicas. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que o senhor Presidente da Câmara não tinha respondido algumas das suas perguntas, nomeadamente quando ia ser encerrado o aterro sanitário, quantos painéis fotovoltaicos estavam instalados e quantos carros elétricos estavam previstos. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Pinto disse que não podia aceitar e nem admitia que fazia demagogia e faltava à verdade. Referiu que sabia muito bem ler os números, não fosse



a sua formação académica. Perguntou se não eram 10 mil euros, qual seria o valor, ou se a Câmara Municipal colocou os 10 mil euros ou os 3,8 milhões do custo da eletricidade porque lhe apeteceu ou à sorte. Disse que senhor deputado Carlos Pinto não esteve atento à sua intervenção porque quando falou no aumento dos 2,5 milhões de euros do custo da eletricidade referiu que tinha a ver com a descentralização de competências. Era muito rigoroso nos números que ali referiu e estava disponível para confrontá-los com quem assim o quisesse, nomeadamente a comunicação social, pois as fontes que tinha eram as que eram públicas e constavam dos documentos. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 42 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12 votos contra dos senhores deputados Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abrugão e Luzim e Vila Cova. -----

----- **5.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição da Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel a Albino da Silva, nos termos dos artigos 1º, 2º, 5º, e 6.º, alínea a) do Regulamento para a Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do de 20 de fevereiro de 2023;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado José Macedo: Relativamente à proposta atribuição da Medalha de Ouro do Concelho aos três ilustres penafidelenses, disse que recolhem o acordo da bancada do Partido Socialista e daí votariam favoravelmente as três propostas. -----

----- No que concerne à atribuição da Medalha de Mérito Municipal Dourada, lamentou profundamente que algumas referências do Futebol Clube de Penafiel tenham sido esquecidas. Não conhecia os critérios dos proponentes, mas conhecia as injustiças cometidas. Perguntou qual a razão pela qual o cidadão penafidelense Alberto da Rocha da Silva Moura, atleta nascido em Penafiel, que representou e honrou o clube durante 9 épocas seguidas como atleta, tendo sido capitão de equipa na maior parte desses anos, tenha sido esquecido. Acresce que o cidadão penafidelense desenvolveu, posteriormente outros cargos no clube. Outro caso é o do atleta Vasco Alves. -----



----- Mencionou que não colocava em causa os agraciados mas, se pudessem reverter a situação agradecia e que assim fizessem justiça.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 54 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição da Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel a António de Sousa Alves, nos termos dos artigos 1.º, 2.º, 5.º, e 6.º, alínea a) do Regulamento para a Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 20 de fevereiro de 2023; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 54 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 7.º Ponto – Discussão e votação da proposta dos senhores Vereadores do PS e RIR, de atribuição da Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel a António Arlindo da Cruz Alves,



nos termos dos artigos 1.º, 2.º, 5.º, e 6.º, alínea a) do Regulamento para a Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 20 de fevereiro de 2023; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 52 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

-----8.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto de Regulamento Municipal "Mercadinhos da Nossa Terra" nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º e da alínea k), da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 51 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

-----9.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto de Regulamento Municipal de Atribuição da Prestações Pecuniárias de Carácter Eventual em



Situações de Carência Económica e de Risco Social do Município de Penafiel, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º e da alínea k), da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que o PS não queria deixar de registar a importância de serem adotadas medidas de apoio a pessoas isoladas ou a agregados familiares que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e de carência económica, etal como o fez na reunião do executivo iremos aprovado esta proposta. Porém, gostariam de dar fazer as seguintes observações: -----

----- O art.º 10.º relativo à celebração de parcerias prevê que o município possa celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território e não é claro para nós que aqui estejam incluídas as Juntas de Freguesia. Porque entendiam que as Juntas de Freguesia tal como as IPSS's do concelho têm um conhecimento de maior proximidade com a realidade social do concelho, gostariam de saber se também estão aqui consideradas neste artigo 10º e se não estão por que razão foram as Juntas de Freguesia deixadas de fora deste processo? -----

----- Por outro lado, gostavam de perguntar, atendendo a que o Pelouro da Ação Social conhece a realidade do concelho se foi estimado o impacto orçamental desta medida?-----

----- Foi estimado quantas famílias poderão aceder a este apoio? E a razão desta preocupação tem a ver com o art.º 16. Pois é referido no seu n.º 2 que mesmo cumpridos os critérios e para efeito de decisão teria de ser tido em conta a verba disponível e inscrita no orçamento municipal. Por essa razão perguntámos qual o valor estimado (e assim inscrito no Orçamento) para esta medida? E se não entende que há o risco de cumpridos os critérios estabelecidos, o processo não ser deferido por falta de verba disponível inscrita no Orçamento municipal? -----

----- A senhora Vereadora Daniela Oliveira: Explicou que a proposta de regulamento surge fruto da transferência de competências no domínio da ação social que vão receber no próximo dia 3 de abril e foi elaborada pela Comissão Técnica de Acompanhamento que é constituída pela Câmara Municipal e pela Segurança Social. -----

----- Quanto às questões colocadas em relação às Juntas de Freguesia disse que têm plena noção do trabalho das Juntas de Freguesia, pela proximidade que detêm com a comunidade e com o trabalho social que fazem diariamente, mas ali a questão prende-se pelo facto de ser disponibilizado o serviço de atendimento e cumprimento social do município de Penafiel. Esse serviço já existe, o SAAS, o antigo RELIS, que vai integrar também o rendimento social de inserção que deve ser acompanhado por IPSS's, com conhecimento de causa, com uma equipa técnica capaz para o instruir. O regulamento vem apenas dar a possibilidade para que a Câmara Municipal possa desenvolver esses mesmos serviços e estabelecer as regras dos apoios dos subsídios eventuais, que já existem fruto da Lei e da circular da Segurança Social que já é aplicado. -----

----- Quanto à verba municipal inscrita que o senhor deputado referiu, disse que a Câmara Municipal vai receber uma verba do Estado determinada e que será aplicada única e exclusivamente para atribuição de subsídios eventuais. Claro que esse facto tem que ser colocado para balizar, mas de resto o valor que vão receber é para aplicar de acordo as necessidades identificadas pelos serviços de atendimento e com rendimento social. -----

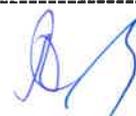
----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 51 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

----- **10. º Ponto – --- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoios no domínio da Ação Social, e para efeitos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Relativamente ao programa de renda acessível disse que era necessário definir se, ao deputado Luis Monteiro o senhor Presidente diz que a Câmara Municipal não anda a reboque dos programas do Governo, mas a si responde que a Câmara faz o que os programas do Governo permitem que faça e o que a Lei determina. Referiu que existiam vários programas, o país é heterogéneo, as Câmara Municipais são díspares entre si em todas as formas, nomeadamente a nível de habitantes e de capacidade económica das populações e por isso que o Governo foi criando e tem à disponibilização dos municípios vários programas e cabe ao executivo município definir qual o programa que mais e melhor se adequa às sua populações e se o município de Penafiel decidiu abraçar um programa de renda acessível que ao final de um ano em consulta pública tem apenas uma candidatura, não podiam certamente criticar a Lei mas o executivo municipal porque em vários programas que existem, escolheu um em que não teve adesão dos seus municípios. -----

----- Saudou a Câmara Municipal pela alteração ao regulamento de Concessão de Apoios no domínio da Ação Social que visa promover o combate ao abandono de cães e gatos, por municípios com carências económicas, apoiando-os com ração, porque considera que em momentos de fragilidade económica, como os que estão a viver, e se perspetivam que fiquem mais graves, nessas situações é quando há maior abandono de animais de companhia e como era de conhecimento de todos, Penafiel tem um problema gravíssimo no abandono de animais e principalmente na falta de capacidade de resposta em recolher animais da via pública. Eram vários os relatos que lhes chegam de pessoas que ligam para o CROP e não conseguem que o animal fosse recolhido. Também não podiam fazer nada porque o que a Lei dita é que a partir do momento em que recolhem o animal e que o transportam a responsabilidade passa a ser dessas mesmas pessoas. -----



Achava uma boa medida do município em ajudar pessoas carenciadas a ceder e ajudar a alimentar esses animais para evitar que exista mais abandono de animais face à capacidade de pouca resposta que o município tem depois na recolha e tratamento dos animais abandonados. -----

----- A senhora Vereadora Daniela Oliveira: Disse que aquele regulamento nada tem a ver e nem é comparável com o "Penafiel Casa Acessível", porque o regulamento em discussão vem apoiar as famílias carenciadas e veneráveis em termos económicos. Explicou que o "Penafiel Casa Acessível" é um programa que faz parte do regulamento municipal do direito à habitação e é dirigido apenas à classe média.-----

-----Esclareceu que o executivo não andava a reboque do Governo, muito pelo contrário pois o apoio ao arrendamento que consta do regulamento e que agora solicitava alteração já existia desde 2012. -----

-----Quanto à atualização das rendas disse que o regulamento de Concessão de Apoios no domínio da Ação Social alberga as medidas do plano municipal solidário, que apresenta uma nova medida de apoio alimenta a cães e gatos das famílias carenciadas mas alberga também uma medida de apoio ao arrendamento, ora a alteração agora proposta é que, atendendo que no mercado de arrendamento há uma inflação muito alta relativamente à renda mensal, e acontece que a Câmara Municipal não podia ajudar as famílias mesmo tendo elas condições e fragilidades económicas, porque valor máximo da tipologia, T1, T2, T3 esplanada no regulamento estava com um valor baixo relativamente ao mercado e assim sendo tiveram que aumentar também ajustar o valor das rendas. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 49 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- **11.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação da minuta do contrato de investimento a celebrar entre o Município de Penafiel e INSIDEGARDEN, S.A. (GRUPO TROFA SAÚDE), nos termos do disposto no art.º 8.º do Regulamento de Concessão de Apoio ao Investimento Estratégico, que prevê os seguintes benefícios fiscais:** -----



-----a) **Isenção do pagamento da taxa de IMT correspondente à aquisição do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Penafiel sob o n.º 1410/20051110 e inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Guilhufe e Urrô sob o artigo 607;** -----

-----b) **Isenção, por um período de 5 anos, do pagamento da taxa de IMI do imóvel que vier a ser edificado, no prédio identificado na alínea anterior e que corresponde à localização da infraestrutura que será edificada e explorada economicamente no âmbito do investimento;** -----

-----c) **Isenção do pagamento da taxa do alvará de construção no âmbito do processo de licenciamento da construção do empreendimento hospitalar;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Renato Barros: Disse que o Partido Socialista não tem nada contra o investimento e a captação de investimento, e consideram que é importante e pertinente para a região. ---

----- Pelo que podiam verificar nos documentos, era um investimento previsto para terrenos contíguos ao hospital Padre Américo. Sendo um hospital contíguo ao hospital Padre Américo com uma grande dinâmica e que tem crescido e desenvolvido com grandes investimentos nos últimos anos poderiam ser necessário uma análise se a ocupação desses mesmos terrenos podia invisibilizar ou não um potencial alargamento e crescimento do hospital Padre Américo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que a proposta não é para esse terreno mais próximo do hospital Padre Américo ainda que fosse na sua imediação, mas não fica no terreno contíguo ao mesmo. -----

----- Entendiam e esperavam que acontecesse e que aquele investimento se traduzisse num reforço de oferta no concelho, numa área que é tão importante como é a saúde e sobretudo terem soluções mesmo que sejam privadas.

Disse que não desonera o Estado nem desresponsabiliza o Ministério da Saúde de promover uma ampliação do hospital Padre Américo no sentido de reunir condições para responder às tantas necessidade que tem, sobretudo com a grande população que tem como unidade de referência o hospital de Penafiel. Esperavam que o Governo e o Ministério da Saúde continuem sensíveis para a necessidade de adequar a capacidade de resposta do hospital Padre Américo às necessidades para as quais está neste momento, que não eram as mesmas de quando foi construído, mas para as quais está atualmente direcionado. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 49 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro



Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12. º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da prorrogação do prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no domínio da ação social, concretizada no Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, até 3 de abril de 2023;-----

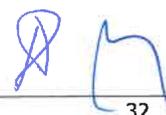
-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 49 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13. º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do Contrato de Gestão Delegada para a Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, a celebrar entre o Município de Penafiel e a Penafiel Verde, E.M., para efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1, do Artigo 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 49 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro



Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

-----**14. º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Penafiel à Associação de Direito Privado - Douro, Tâmega e Sousa, Invest, com os efeitos jurídicos cominados nos seus Estatutos, nos termos e para os efeitos preconizados para efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1, do Artigo 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu:-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 49 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

-----**15. º Ponto – Apreciação da proposta de desagregação da Freguesia de Luzim e Vila Cova, aprovada em sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Luzim e Vila Cova, realizada em 15 de dezembro de 2022, e cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho (solicitação de parecer à Câmara Municipal);**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luzim e Vila Cova: Começou por referir que o projeto elaborado para a desagregação das freguesias de Luzim e Vila Cova, tendo em conta a vontade popular, mais de 90% da população de freguesia de Luzim e Vila Cova, fez-se uma comissão a fim de levar a cabo essa vontade popular das referidas freguesias.-----

-----Não olhando para os preciosismos legais, essa comissão pegou no mais óbvio, e assumindo que o facto em 2013 existiu um erro de manifesto que tem vindo a causar, ao longo de 10 anos, graves prejuízos a estas populações, que em nada beneficiaram.-----



-----Assim, foi considerado que não foi, nem são respeitados os aspetos históricos, culturais, sociais, ambientais e territoriais daquela população, as quais, ao longo daqueles 10 anos, se denotaram mais dispare, sendo que não existe ma interação entre a população de Luzim e de Vila Cova e você-versa. Tinham duas sedes da Junta de Freguesia com infiltrações, dois complexos desportivos devolutos e a necessidade de replicar todos os eventos nas duas populações. O processo é longo e não ia estar ali a elencar todos os aspetos do mesmo, apenas referir que se foi perdendo ao longo do tempo a função principal de uma Junta de Freguesia que é o sentido de proximidade e com isso agravando os problemas das pessoas e não é mais vista como uma instituição que ajuda e soluciona as dificuldades patentes diariamente na vida das pessoas. -----

-----Apelou ao bom senso da Assembleia Municipal para que respeitasse, não a vontade da Junta de Freguesia, não a vontade de um partido político, mas a vontade de duas populações que muito têm sentido na pele os prejuízos da agregação.-----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que eram chamados a apreciar a vontade da população de Luzim e Vila Cova de se desagregar. Como dizia o senhor Presidente da Junta de freguesia na sua intervenção não podiam olhar para os preciosismos legais, porque não era aquele o tempo. Apenas compete à Assembleia Municipal solicitar parecer à Câmara Municipal para que esta, depois, estude e depois volte à Assembleia, que esperam que esteja em condições de ser aprovada, pois não será nunca a bancada da coligação “Penafiel Quer” que irá contra a vontade da população de Luzim e Vila Cova. Do mesmo modo que foram todos eleitos pela população de Luzim e Vila Cova e dos demais mereciam esse respeito de pensar e decidir de acordo com as suas vontades e foi a vontade de 90% que veio espelhada no abaixo-assinado e em nome dessa vontade, o grupo municipal da coligação “Penafiel Quer”, nunca hostilizariam a que aquela desagregação prossiga os seus passos e por isso apreciavam favoravelmente a solicitação de parecer à Câmara Municipal. -----

-----— O senhor deputado Tiago Josué: Parabenizou o senhor prof. Adão Moreira por ser um grande Presidente de Junta de Freguesia assim como a todo o seu executivo, a Assembleia de Freguesia e grande maioria da população por se moverem e quererem ver restaurado as duas freguesias. -----

-----Louvou a bancada do grupo municipal da coligação PSD/CDS-PP, por ali se manifestarem a favor da desagregação das duas freguesias e querem também ver restaurado aquelas duas freguesia uma vez que as próprias populações não se reviam numa freguesia só e não há sustentabilidade para se manter as freguesias como uma só. Mencionou que só tem pena que a bancada do da coligação PSD/CDS-PP tivesse dois pesos e duas medidas e a única freguesia que vai caminhar para uma desagregação seja uma freguesia de executivo socialista porque a coligação da direita é a favor quando o executivo é do PS mas em juntas de freguesias lideradas pela direita, casos de Penafiel e Guilhufe e Urrô foram manifestamente contra. Relembrou que foram várias a freguesias que a coligação da direita assassinou, nomeadamente na freguesia de Penafiel, que tem agregado as freguesias de Santa Marta, Milhundos, Marcos, Novelas, e Santiago de Subarrifana e também as freguesias de Guilhufe e Urrô. -----

-----Transmitiu que o Partido Socialista estará sempre a favor e sempre em coordenação com a vontade das populações. Estiveram em 2013, quando alguns dos senhores Presidentes de Junta da Freguesia, naquela Assembleia Municipal, votaram a favor da extinção da sua própria freguesia, e



estariam novamente com a população de Luzim, com a população de Vila Cova e com o senhor Presidente da Junta Adão Moreira e com todos os que querem ver as freguesias de Penafiel restauradas ao seu bom nome. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse ao senhor deputado Josué Ferreira que não confundisse a "estrada da Beira, com a beira da estrada". Não podiam confundir porque era circunstâncias completamente diferentes e por alguma razão é que somente aquele pedido de desagregação pode ser presente para apreciação da Assembleia Municipal para solicitação de parecer à Câmara Municipal, porque o pedido está bem instruído. A população assim o quis e seguiram todos os trâmites legais, ou seja, começaram de forma estrutural e auscultaram a população. Pelo que se recordava, numa das circunstâncias, apenas os políticos do Partido Socialista assim o desejavam, não viram manifestação das populações ou abaixo-assinado das mesmas a manifestar a vontade de desagregar. Se as populações não se manifestam no sentido de promover a desagregação não pode ser a Assembleia Municipal, pelo menos, com o voto da coligação "Penafiel Quer a dar guarida a propostas incoerentes, desajustadas e sem sentido. -----

----- Perguntou, se as freguesias que o senhor deputado Tiago Josué fez referência na sua intervenção, para a desagregação, eram propostas consolidadas, estruturais e com vontade expressa das populações. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia das Termas de S. Vicente: Disse que era Presidente da Junta de uma freguesia que foi objeto de agregação de mais três freguesias, Portela, Pinheiro e Paredes, que tiveram a possibilidade de se manifestarem para se desagregarem mas não o fizeram e por isso não achava correto que o senhor deputado Tiago Josué na sua intervenção "atirasses pedras a torto e a direito" porque não tinha o direito de o fazer uma vez que na maioria das freguesias as população não se manifestaram a favor da desagregação. Referiu que na sua freguesia agregada, existem zonas que preferem pertencer à freguesia agregada das Termas de S. Vicente. Achava que o senhor deputado não devia ter mágoa o porque as populações não eram todas iguais, porque eram freguesias do PS e não do PSD-CDS-PP. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Disse que estavam a olhar para as freguesias de Luzim e Vila Cova e admira-se porque alguém que faz parte do Governo diga que a Lei não servia para nada. O pedido de desagregação de Luzim e Vila Cova não cumpre nenhum dos critérios da Lei apenas cumpre um importante que é a vontade da população. Explicou que o mesmo não se passou com o pedido da desagregação da freguesia de Penafiel, pois o abaixo-assinado que foi presente da ex freguesia de Novelas foi feito entre 2017 e 2018 quando o Partido Socialista perdeu as eleições. Tinham nesse abaixo-assinado, assinaturas com cartões de cidadão caducados em 2019. A vontade da população de Penafiel que composta por Milhundos, Marecos, Santa Marta, Santiago e Novelas, e apenas se manifestaram ex Presidentes de Junta de Freguesia e ex membros das Assembleias de Freguesia. De cerca de 14 mil eleitores, mais de 90% dos eleitores não queriam a desagregação. Disse que era normal que o senhor Deputado não conhecesse a realidade porque morava fora da freguesia. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que nunca foi contrário à agregação das freguesias, uma vez que achava que ganhavam dimensão e massa critica. Quando todos se agregam, por exemplo o país



União Europeia, os municípios nas comunidades intermunicipais ou nas áreas metropolitana todos tinham a ganhos e parece-lhe um pouco bacoco a coisa da identidade, porque a identidade eram as pessoas que as mantinham, eram as tradições e não é o órgão administrativo. Contudo, tinha a certeza ele próprio e que todos os presentes não assassinaram coisa nenhuma pois o termo "assassinar" não se justifica naquela situação. Foi um Governo da Republica que assim o determinou, à época não fazia parte do membro da Assembleia Municipal mas recorda-se que quem na altura votou, fê-lo para que ainda não fossem ainda mais aas freguesias agregada e se não o tivessem feito teriam agora muitas mais freguesias agregadas. Também não percebia porque é que cabia às Assembleias de Freguesia o processo de desanexação quando o Partido Socialista e o seu Governo sempre estiveram contra a "Lei Relvas", e ao fim de todos aqueles anos de Governo do senhor Primeiro-ministro António Costa a Lei não foi revogada. Dava-se a oportunidade de desagregação mas colocava uma imensidão de processo burocrático que dificilmente alguma freguesia conseguia a desagregação. -----

----- Perguntou ao senhor deputado Tiago Josué porque é que o PS de Penafiel, durante todo aquele tempo, não coagiu o Governo da Nação para que revoga-se a Lei permitindo a qualquer freguesia desanexar-se sem todos aqueles complexos procedimentos. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia das Termas de S. Vicente, que não mencionou, na sua intervenção, algum processo de desagregação da freguesia das Termas de S. Vicente e por isso não se justificava o que o senhor Presidente lhe quis transmitir. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Pinto, que inicia a sua intervenção dizendo que estavam ali para debater a vontade das populações e não detalhes técnico e depois quando usa da palavra para responder às questões argumenta com detalhes técnicos e com falhas processuais no processo de criação de desagregação das freguesias. Lembrou que o advogado que tratou o processo administrativo da desagregação foi o mesmo no caso das freguesias de Luzim e Vila Cova e no caso de Penafiel, talvez tivesse tido falhas num e não no outro. -----

----- No que dizia respeito à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel, informou que residia na freguesia de Penafiel há cerca de 3 anos, e independentemente disso e dos detalhes tecnocratas das assinaturas do abaixo-assinado de Novelas, o que lhe deu a entender é que a o sentimento que se sentia das freguesias de Penafiel que não a de Penafiel, é que as pessoas manifestamente queriam voltar a sua freguesia, ou seja, a serem de Marecos, Santiago de Sub Arrifana, Novelas, Milhundos e Santa Marta. -----

----- Lembrou que quando estava a falar de vontade das populações, como tinha referido, é que no caso de Guilhufe e Urrô os próprios membros da coligação "Penafiel Quer" em Guilhufe assinaram a proposta de desagregação, isto mostra que estavam a falar da vontade da população, o que pode esclarecer essa vontade de desagregação. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Rui Lopes, no que dizia respeito à "Lei Relvas", disse que no seu entendimento o que se deve passar às populações não é revogação a Lei mas sim passar a palavra e dar opinião às Assembleias de Freguesia, Juntas e suas populações para se pronunciarem sobre a agregação. Era necessário que a coligação "Penafiel Quer", tomasse uma posição,



ou estavam a favor da desagregação de todas freguesias, porque iam ali dizer que era necessário revogar a Lei ou então se se devia ouvir as populações como é promovido pelo Partido Socialista, e como tentaram fazer nas propostas que foram chumbadas pela direita. O facto de se ouvirem as populações era um processo mais longo e burocrático mas para reverter o que foi uma má política da "Lei Relvas" em 2013 era necessário fazer agora as coisas bem-feitas e era isso que o Partido Socialista estava a promover. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luzim e Vila Cova: Disse que quando dizem que a proposta de desagregação da freguesia de Luzim e Vila Cova não cumpre nenhum dos requisitos na Lei, parecia-lhe que estavam a falar de cor ou erradamente. Clarificou que cumpriram quase todos os requisitos que estavam na Lei. Sugeriu, porque era importante, que verificassem e analisassem melhor a Lei para verificarem esse facto. -----

----- Posta à votação foi aprovada a solicitação de parecer à Câmara Municipal, por unanimidade, com 49 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- **16. º Ponto – Conhecimento do ofício da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), relativo à avaliação da transposição dos regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais do POAAP Crestuma-Lever para os planos territoriais - início da ação de inspeção;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **17. º Ponto – Conhecimento do Relatório Anual de Avaliação da Atividade da CPCJ/Penafiel, referente ao ano de 2022, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Lei 147/99 de 1 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Referiu que a sua intervenção era para dar conhecimento da posição do PS, nomeadamente no que já tem vindo a ser veiculado e que está registado em ata da Câmara Municipal pelos senhores vereadores do PS, na pessoa do senhor Vereador Paulo Correia, que tem a ver com a presidência da CPCJ de Penafiel para ao ano de 2023. Como era do conhecimento geral



no início do ano a senhora Vereadora Daniela Oliveira foi eleita Presidente da CPCJ, mas o que diz a Lei é que em concelhos com jovens com mais de cinco mil jovens com menos de 18 nos a residir tem que ter alguém em regime de exclusividade. Um a vez que que a senhora Vereadora Daniela Oliveira exerce funções na vereação da Câmara Municipal não pode estar acumular duplas funções. Primeiro porque acreditavam que não conseguirá fazer o trabalho que alguém em regime de exclusividade assim o faria e segundo porque está em manifesto desacordo com a Lei até porque o município de Penafiel tem sensivelmente 15 mil jovens com menos de 18 anos, ou seja, é três vezes o número máximo que a Lei estabelece. -----

-----O PS, nomeadamente o senhor Vereador Paulo Correia, já solicitou parecer à distrital da CPCJ, estavam à espera, mas apelavam para que a CPCJ de Penafiel seja liderada por alguém em regime de exclusividade e aí, se a senhora Vereadora Daniela Oliveira entender ficar à frente da CPCJ de Penafiel que abdique do cargo de Vereadora para que assim esteja em conformidade com a Lei. Referiu que os argumentos utilizados pelo Executivo foi de que há outros municípios que estão proceder da mesma forma, facto que desconhecem e mesmo que houvesse outros municípios a proceder da mesma maneira não eram as faltas dos outros que justificavam as nossas e não era o facto de outros não estarem a cumprir a Lei que lhes dá enlace para fazerem o mesmo. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **18.º Ponto – Conhecimento da comunicação do Sr. Vereador Joaquim da Silva Rodrigues, em cumprimento do artigo 3.º, n.º 1, do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de Junho);** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **19.º Ponto - Conhecimento da minuta da ata e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. -----

-----Abertas as inscrições, ninguém se inscreveu. -----

-----No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Alberto Fernando da Silva Santos e por mim, Anabela Moreira Rodrigues, que a secretariei. -----

